

Relatório de Execução Anual do Orçamento Geral do Estado de 2023



ÍNDICE

1.	Sumário Executivo.....	7
2.	Introdução.....	8
2.1	Objetivo.....	8
2.2	Escopo	8
3.	Análise das despesas por classificação económica	8
3.1	Despesas por programas.....	10
4.	Análise da execução do orçamento das entidades	12
5.	Agencias Autónomas.....	13
6.	Análise do orçamento e despesas dos Municípios	15
7.	RAEOA	18
8.	Recursos alocado no Plano Estratégico de Desenvolvimento	19

Gráficos e tabelas

Gráfico 1: Mostra os orçamentos e despesas por categorias económicas aos SEAFAs.....	9
Gráfico 2: Apresenta os 5 Programas com maiores orçamentos executados.....	10
Gráfico 3: Apresenta 5 programas com menor execução.....	11
Gráfico 4: Apresenta as entidades com maior taxa de execução	12
Gráfico 5: Menor taxa de execução – LMs	13
Gráfico 8: Apresenta a maior taxa de execução nas Agencias Publicas Autónomas.....	14
Gráfico 9: Menor taxa de execução – Agências Publicas Autónomas.....	15
Gráfico 12: Orçamento alocado e as Despesas realizadas pelas Autoridades Municipais.....	16
Gráfico 13: Execução do orçamento por programas nos municípios.....	17
Gráfico 14: Orçamento e despesas realizadas nos programas da RAEOA	18
Gráfico 15: Setor de Enquadramento Institucional.....	20
Gráfico 16: Sector de Capital Social.....	21
Gráfico 17: Setor de Desenvolvimento Economico.....	22
Gráfico 18: Setor de Desenvolvimento de Infraestrutura.....	23

Abreviação

Abreviação

Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), I.P.	APORTIL, I.P.
Autoridade Municipal de Aileu	AM AIL
Autoridade Municipal de Ainaro	AM AIN
Autoridade Municipal de Covalima	AM COV
Autoridade Municipal de Lautém	AM LAU
Autoridade Municipal de Liquiçá	AM LIQ
Autoridade Municipal de Manufahi	AM MNFH
Autoridade Municipal de Manatuto	AM MNTT
Autoridade Municipal de Viqueque	AM VQQ
Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.	ADN, I.P.
Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.	TradeInvest, I.P.
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica	ANAAA
Arquivo e Museu da Resistência Timorense	AMRT
Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P.	ANTL, I.P.
Autoridade Administrativo de Ataúro	AA Ataúro
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste, I.P.	AACTL, I.P.
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar	AIFAESA
Autoridade de Proteção Civil	APC
Autoridade Municipal de Baucau	AM BCU
Autoridade Municipal de Bobonaro	AM BBNR
Autoridade Municipal de Díli	AM DILI
Autoridade Municipal de Ermera	AM ERM
Autoridade Nacional de Comunicações, I.P.	ANC, I.P.
Autoridade Nacional de Petróleo e Minerais	ANPM
Autoridade Nacional Para Eletricidade, I.P.	ANE, I.P.
Autoridade Região Administrativa Especial Oecusse Ambeno – RAEOA	RAEOA
Centro de Logístico Nacional	CLN
Centro Nacional Chega! I.P.	CNC! IP
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Tibar, I.P.	CNEFP, I.P.
Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, I.P.	CNFP, I.P.
Centro Nacional de Reabilitação, I.P.	CNR, I.P.
Classification of functions of government	COFOG
Comissão Anti – Corrupção	CAC
Comissão da Função Pública	CFP
Comissão Nacional de Eleições	CNE
Conselho de Imprensa	CI
Conselho Para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas	CDDFM
Ministério do Coordenador dos Assuntos Sociais	MCAS
Dalan Ba Futuro – Timor-Leste	DBF-TL

Dotações Geral do Estado	DGE
FALINTIL – Força de Defesa de Timor Leste	F-FDTL
Fundo COVID – 19	COVID – 19
Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano	FDCH
Fundo Reserva Segurança Social	FRSS
Fundo Especial de Desenvolvimento Ataúro	FEDA
Fundo Especial de desenvolvimento de Região Administrativa Especial	
De Oecusse Ambeno	FED RAEOA
Fundo das Infraestruturas	FI
Orçamento Geral do Estado	OGE
Government Resource Planning	GRP
Hospital Nacional Guido Valadares	HNGV
Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P.	INTL, I.P.
Inspeção-Geral do Estado	IGE
Inspeção-Geral do Trabalho	IGT
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	IADE
Instituto de Defesa Nacional	IDN
Instituto de Gestão de Equipamento	IGE
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu	BAMBU
Instituto Petróleo e Geologia	IPG
Instituto Nacional da Administração Pública	INAP
Instituto Nacional de Saúde	INS
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	INCT
Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP	INCSIDA, IP
Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Medicamentos	INFPM
Instituto Nacional Segurança Social	INSS
Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra	INDIMO
Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP	INDDICA
Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.	IQTL, I.P.
Instituto Politécnico de Betano	IPB
Laboratório Nacional de Saúde	LNS
Lei de Enquadramento Orçamental no 02/2022	LEO
Line Ministries and Secretaries of State	LMSS
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	MCAE
Ministério da Administração Estatal	MAE
Ministério da Agricultura e Pesca	MAP
Ministério da Defesa	MD
Ministério da Educação, Juventude e Desporto	MEJD
Ministério da Justiça	MJ
Ministério da Saúde	MS
Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	MSSI
Ministério das Finanças	MF
Ministério das Obras Públicas	MOP

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	MESCC
Ministério do Interior	MI
Ministério do Petróleo e Minerais	MPM
Ministério Plano e Ordenamento	MPO
Ministério do Turismo, Comercio e Industria	MTCI
Ministério dos Assuntos Parlamentares e Comunicação Social	MAPCOMS
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	MNEC
Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC
Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLN
Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	MDRHC
Ministério da Agricultura Pecuária, Pesca e Floresta	MAPPF
Ministério do Comércio e Industria	MCI
Ministério da Educação	ME
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	MPIE
Ministério do Turismo e Ambiente	MTA
Ministério Administração Estatal	
Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura	MJDAC
Parlamento Nacional	PN
Planning Programming Budgeting	PPB
Polícia Científica de Investigação Criminal	PCIC
Polícia Nacional de Timor Leste	PNTL
Presidência da República	PR
Presidência do Conselho de Ministros	PCM
Primeiro-Ministro	PM
Procuradoria-Geral da República	PGR
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	PDHJ
Agência Pública Autónomas	APA
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	SEFOPE
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	SEJD
Secretaria de Estado das Comunidades Timorenses no Exterior	SECTE
Secretaria de Estado de Cooperativas	SECOOP
Secretaria Estado do Ambiente	SEA
Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	SEII
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	STAE
Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.	SERVE, I.P.
Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica	SNAEM
Serviço Nacional de Inteligência	SNI
Serviço de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social	SASCAS
Serviços e Entidades com Autonomia Financeira Alargada	SEAFAs
Plano Estratégico Desenvolvimento	PED
TATOLI - Agência Nacional de Timor-Leste, I.P.	TATOLI, I.P.
Tecnologias da Informação e Comunicação I.P	TIC TIMOR I.P.
Tribunais	TR

Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
Salários e Vencimentos
Bens e Serviços
Transferências Publicas
Capital Menor
Capital de Desenvolvimento

UNTL
SV
BS
TP
CM
CD

1. Sumário Executivo

- 01.** O desempenho financeiro é um indicador importante para acompanhar a execução orçamental ao longo do ano. No entanto, os desvios do plano financeiro original podem ser justificados quando existem lacunas de capacidade que afetam a execução física das atividades governamentais. Neste sentido, os relatórios precisam combinar a informação financeira disponibilizada pelo IFMISU com a informação de desempenho reportada trimestralmente pelas SEAFAs utilizando o DBF-TL. Só desta forma o relatório sobre o orçamento e a despesa oferecerá provas suficientes para que os decisores políticos identifiquem os problemas que afetam a execução orçamental e os corrijam aplicando os melhores controlos internos possíveis.
- 02.** O VIII Governo Constitucional apresentou a proposta do OGE de 2023, foi aprovado no dia 21 de dezembro de 2022 pelo Parlamento Nacional e foi publicado pela lei nº 24-D/2022, no dia 30 de dezembro. O Governo aprovou o OGE com o montante original de 2,155,715,306.00 USD, os recursos distribuídos da seguinte forma: Administração Central 1,800,000,000.00 USD, Segurança Social 235,715,306.00 USD (incluído o FRSS), e da RAEOA 120,000,000.00 USD, durante o período de 6 meses o Governo realizou as despesas no valor total de 561,347,674.42 USD, corresponde a uma taxa de execução de 26%.
- 03.** No dia 01 de Julho de 2023 ocorreu a mudança do VIII Governo Constitucional para IX Governo Constitucional, que retificou o OGE de 2023. Em 10 de Agosto o IX Governo Constitucional apresentou uma nova proposta do OGE ao Parlamento Nacional com aprovação final de 1,960,477,418.00 USD, indicando uma redução no orçamento de 9%, ou seja 195,237,888.00 USD, após do retificativo. O IX Governo Constitucional distribuído o orçamento ao subsetor de Administração Central 1,633,000,000.00 USD, e sofrendo uma diminuição de 9.3% em relação ao orçamento inicial deste sector, para Segurança Social 243,715,306.00 USD (incluindo FRSS) com um aumento de 3% e da RAEOA 83.762.112 USD, diminuindo 30%. Desta forma, a execução do OGE para todos os subsectores até ao final de 2023 representa uma taxa de execução de 76%.
- 04.** Este relatório apresenta as dotações orçamentais e despesas para Ministérios e Secretários de Estado (LMSS), Agências Públicas e Institutos (PAIs) e para a Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (RAEOA) juntamente com os municípios. Além disso, o relatório irá analisar despesas e dados orçamentais utilizando diferentes dimensões categóricas monitorizadas pelos sistemas

orçamentais de Timor-Leste, como a classificação das funções do governo (COFOG), as categorias de apropriação económica, os sectores definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED).

2. Introdução

2.1 Objetivo

05. A Direção Geral do Planeamento e Orçamento, através da Direção Nacional do Orçamento, pretende produzir três relatórios trimestrais e um relatório anual sobre as dotações, despesas, e realocações orçamentais em Timor-Leste. Os relatórios pretendem funcionar como fonte de informação para as partes interessadas do sector público, parceiros técnicos e financeiros, sector privado e sociedade civil em geral.

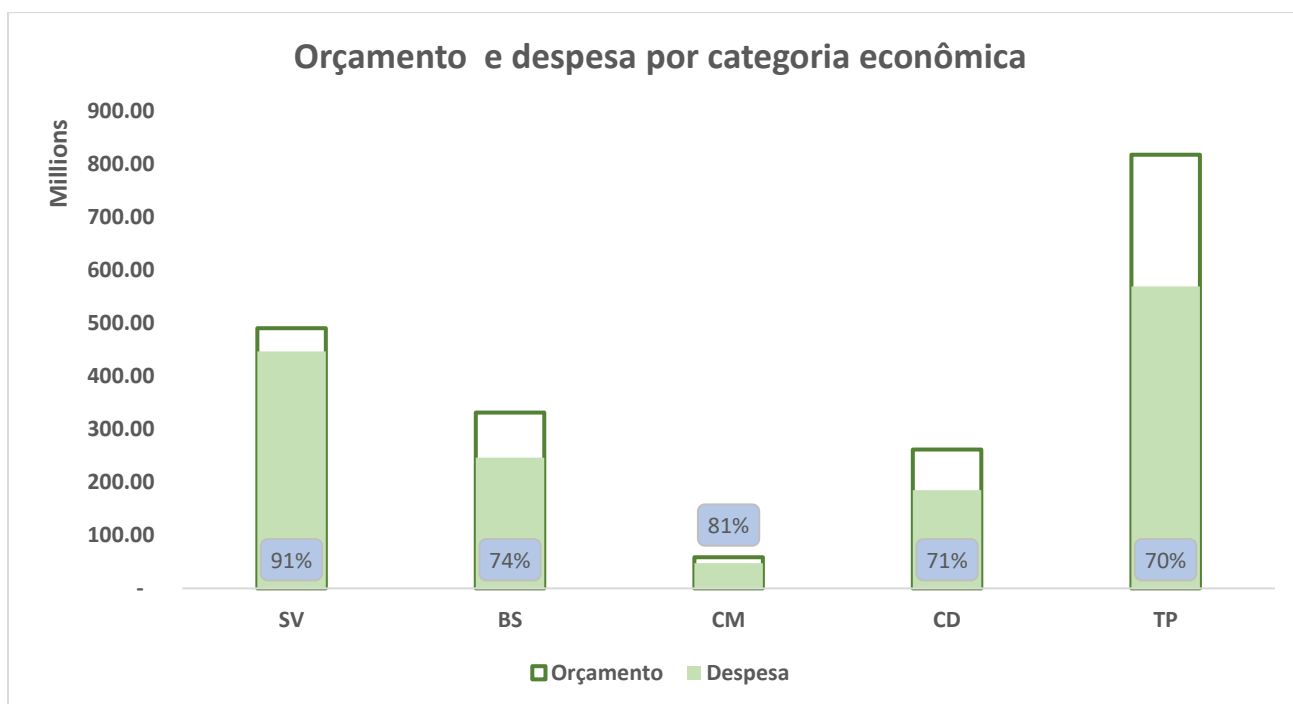
2.2 Escopo

06. Os subsectores apresentam suas taxas de execução anual. Na Administração Central (AC) atingindo uma taxa de execução de 88%. Segurança Social com orçamento de 243,715,306.00 USD, mas não realizou nenhuma despesa, enquanto da RAEOA apresenta uma taxa de execução de 75%.

3. Análise das despesas por classificação económica

07. Analisando a execução por categoria económica até o final do ano, SV representam uma taxa de execução mais elevada de 91%, enquanto TP corresponde a uma taxa de execução menor de 70%. Por outro lado, BS, CD e CM corresponde umas taxas de execução de 74%, 71% e 81%, respetivamente.

Gráfico 1: Mostra os orçamentos e despesas por categorias económicas aos SEAFAs



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

08. As dotações orçamentais para despesa com a categoria de SV totalizaram 490,526,569.11 USD, o que representa 30% do total do orçamento e registrou uma taxa de execução de 91%. Identifica-se que nesta categoria a maior fatia do recurso alocado na Dotação Geral do Estado. Enquanto, o Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais recebeu o menor alocação do orçamento.

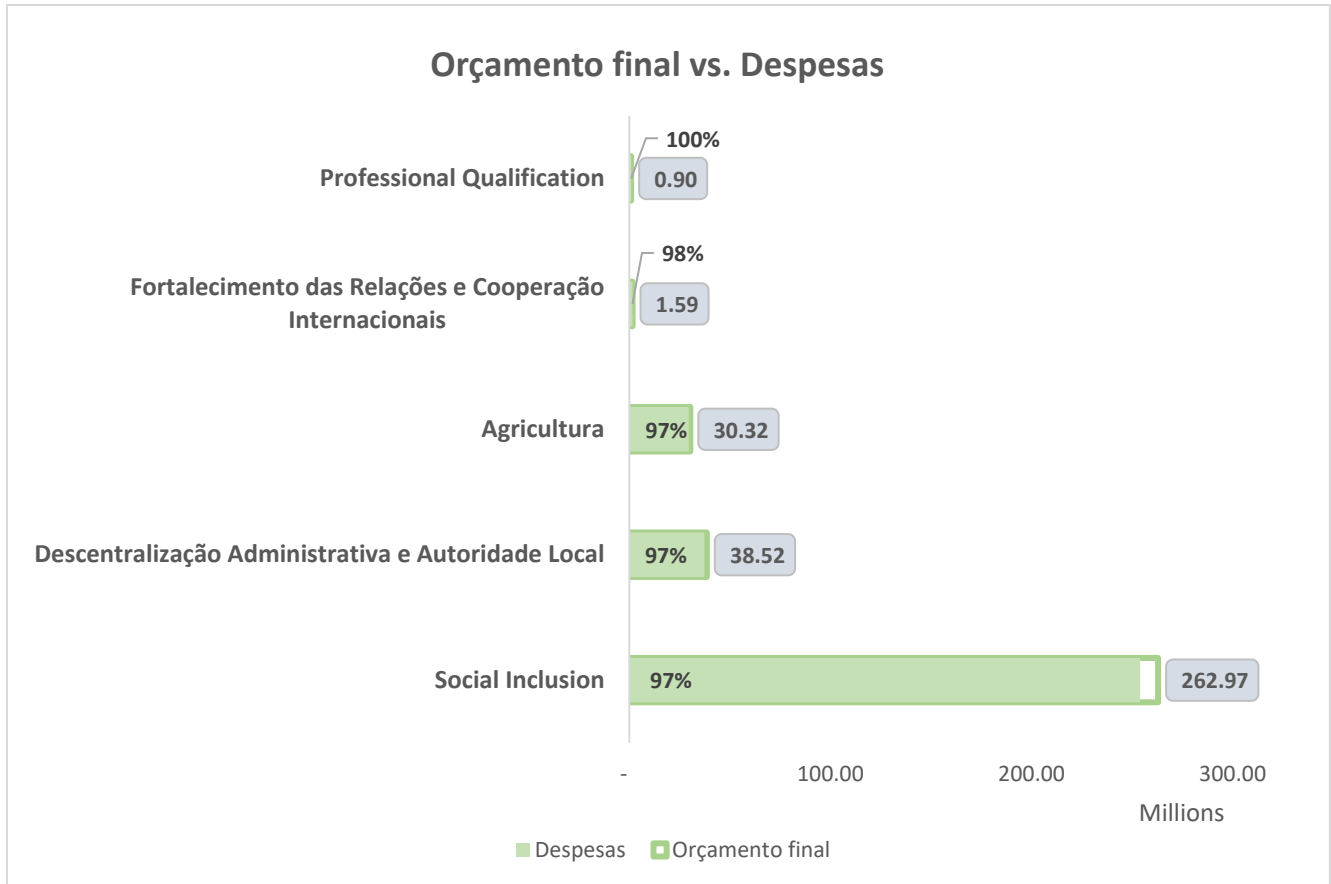
09. Os orçamentos alocados para a categoria de BS 331,680,929.46 USD, e atingiram uma taxa de execução de 74%. A Dotação Geral do Estado recebeu a maior parte do orçamento alocado nesta categoria. Por outro lado, o Arquivo Nacional de Timor-Leste representa a menor alocação na categoria de BS com um montante de 90,768.90 USD.

10. Na categoria TP, o montante alocado foi de 817,648,768.69 USD, com uma taxa de execução de 70%. No CM, o valor foi de 58,844,976.44 USD, correspondendo a uma taxa de execução de 81%. Já no CD, o orçamento distribuído foi de 259,535,191.80 USD, com uma taxa de execução de 71%.

3.1 Despesas por programas

11. O OGE de 2023, composto por 52 programas, 499 subprogramas e 2165 atividades. O gráfico abaixo apresenta cinco maiores execuções por programas.

Gráfico 2: Apresenta os 5 Programas com maiores orçamentos executados



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

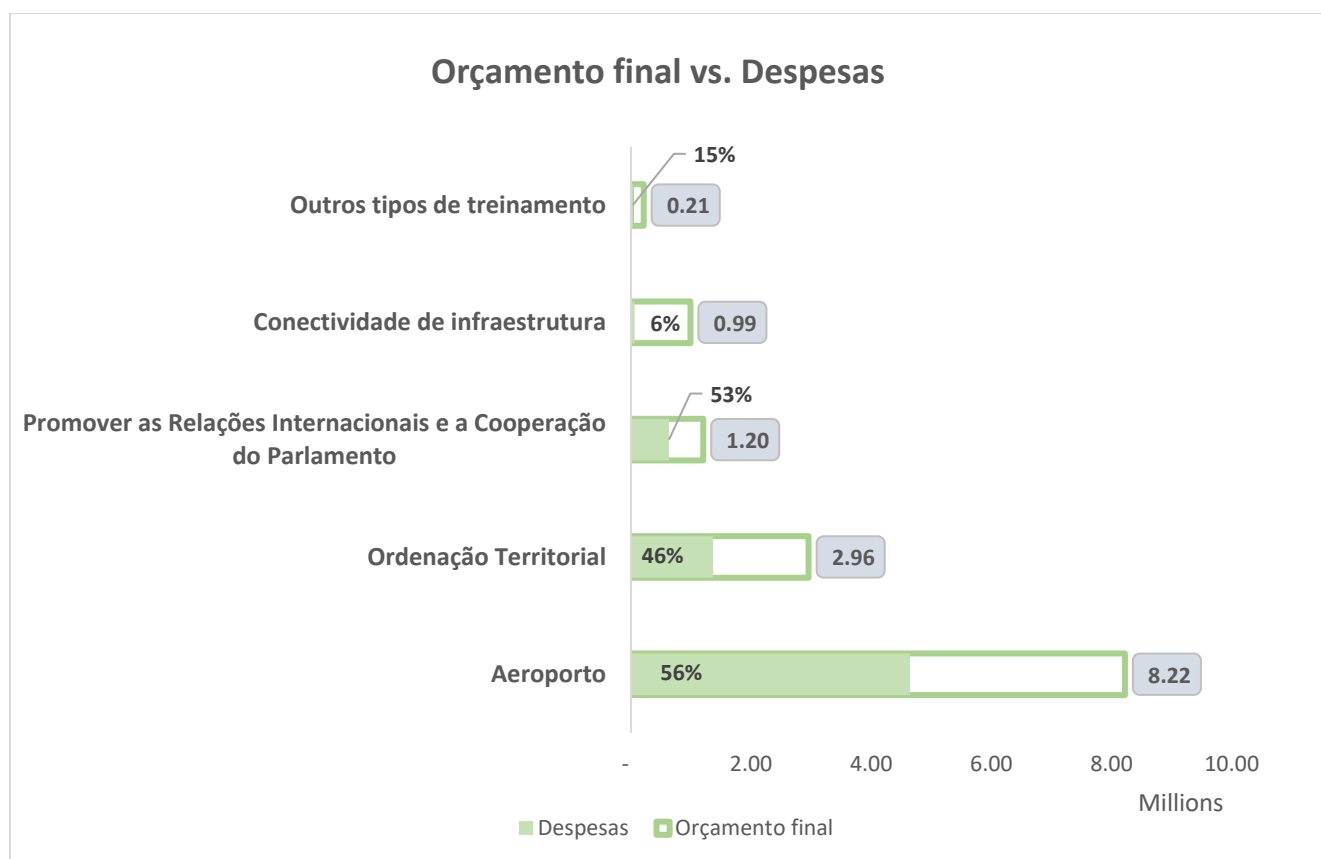
12. O programa de *Qualificação Profissional* focaliza nas atividades de *Continuar o apoio ao centro de treinamento credenciado registrado para a comunidade e Treinamento em idioma coreano e treinamento para candidatos a emprego na Austrália com orientação no mercado de trabalho estrangeiro* foi um dos programas que corresponde uma taxa de execução mais elevada de 100%. Identifica-se que este programa foi implementado pelo FDCH.

13. O programa de *Relação e Fortalecimento Internacional e Cooperação* foi implementado pelo Presidência da Republica foca nas atividades como *Visitas internacionais para fortalecer relações estratégicas, Visitas de cortesia de Chefes de Estado a Timor Leste e Visitar países estrangeiros para fortalecer as relações estratégicas de diplomacia de defesa.*

14. Os programas de *Agricultura, Decentralização Administrativa e Poder Local e Inclusão Social* atingiram a mesma taxa de execução 97%. O programa de *Agricultura* foi implementado pelas 18 entidades. Enquanto, Ministério da Administração Estatal que implementou o programa de *Decentralização Administrativa e Poder Local*. E 45 entidades que implementam o programa de *Inclusão Social*.

15. No gráfico 3 mostra que o programa de *Aeroporto* corresponde a uma taxa de execução de 56%, este programa foi implementado pelo Fundo Especial de desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e Fundo Infraestrutura.

Gráfico 3: Apresenta 5 programas com menor execução



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

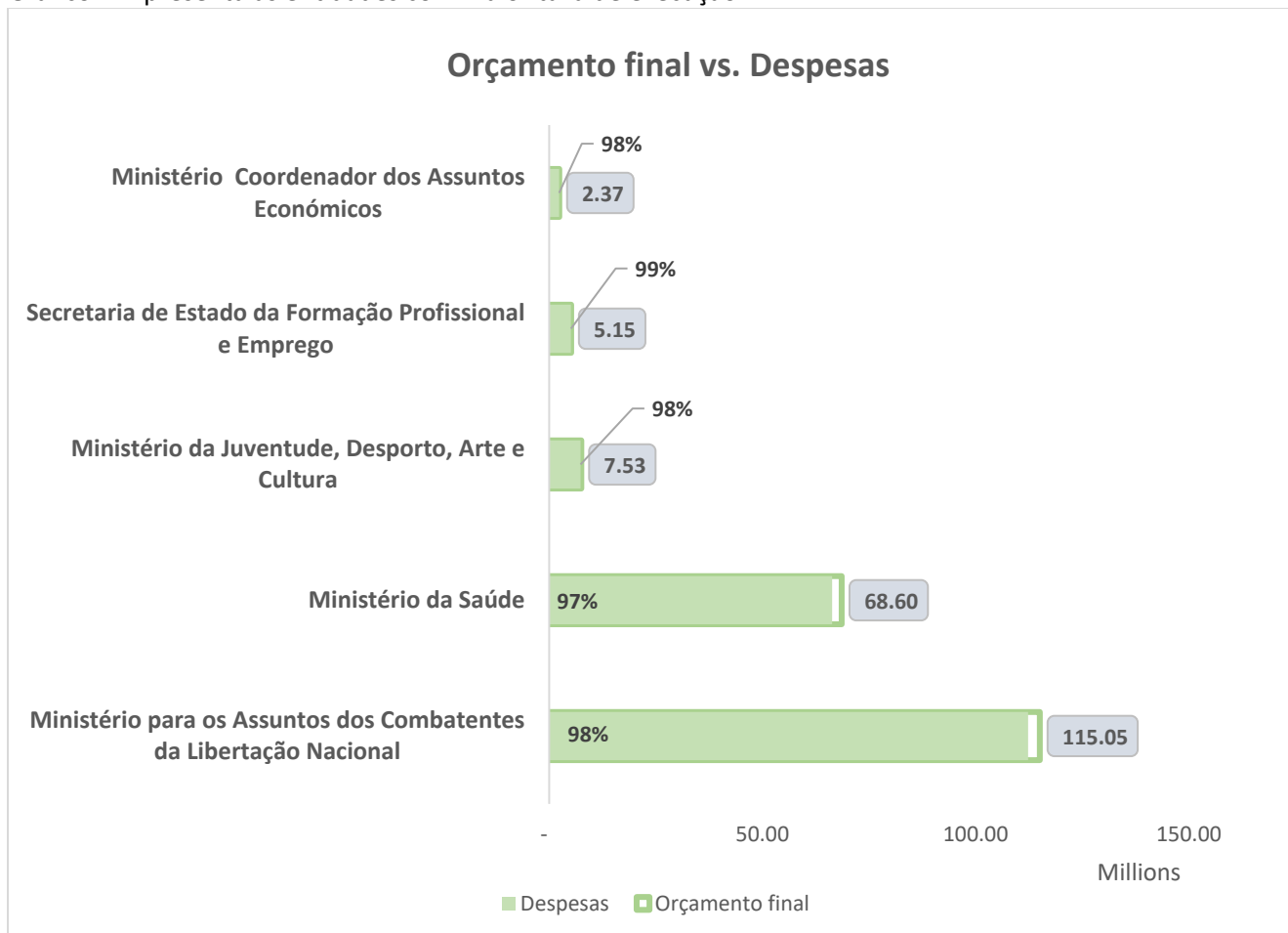
16. O programa de *Fomentar as Relações Internacional e a Cooperação Parlamentar* foi implementado pelo Parlamento Nacional, apresenta 53%. Seguidamente, o MPIE e FI implementaram o programa de *Ordenamento Territorial* com 46% de taxa de execução. Por outro lado, os programas de *Outros tipos de formação* e *Conectividade de Infraestrutura* correspondem a uma taxa de execução relativamente fraca de 15% e 6%, respetivamente.

4. Análise da execução do orçamento das entidades

17. Através da lei orgânica do IX Governo Constitucional houve alteração das entidades públicas e ocorreu a fusão entre algumas delas, além da eliminação de outras.

18. Aprovação do orçamento final inicial de 2023 para as Linhas Ministeriais, foi de 1,243,842,111.06 USD (excluindo INSS e FRSS), sendo executados 404,330,926.52 USD, no período de Janeiro a Junho, o que corresponde a uma taxa de execução de 33%. Após do retificativo, o orçamento foi reduzido para 1,241,053,394.06 USD, com despesas efetuadas de 933,555,271.79 USD, representando uma taxa de execução de 79%. O orçamento para LMs correspondeu a uma diminuição de 0.2% (2,788,717.00 USD) face ao ano de 2023.

Gráfico 4: Apresenta as entidades com maior taxa de execução



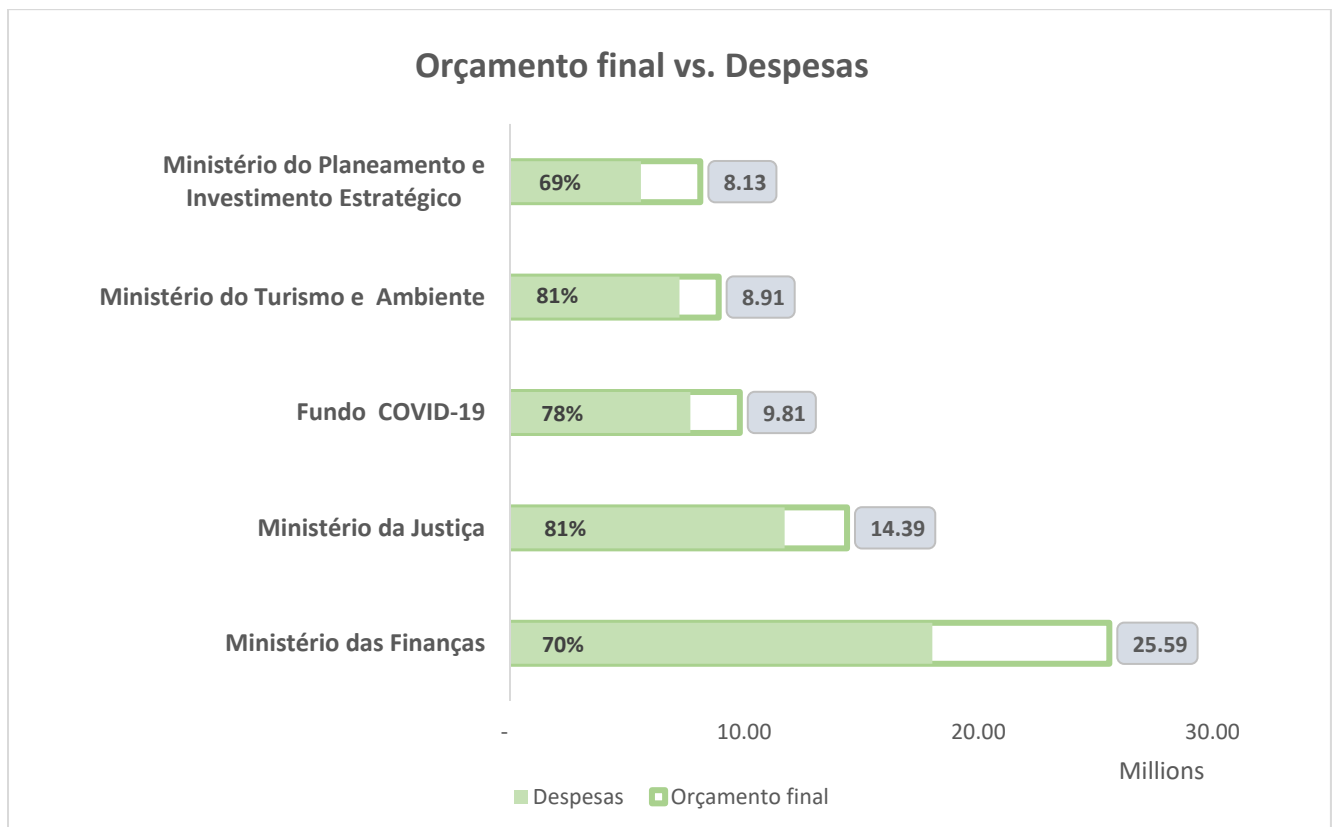
Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

19. Observa-se no gráfico 4, entidades com maior taxa de execução. A maior parte do orçamento atribuído no MACLN, até o final do ano de 2023 atingiu 98% da taxa de execução. Seguida pelo MS

com 97%. Enquanto isso, a taxa de execução elevada apresentado pelo SEFOPE, com 99%, e MJDAC e MCAE correspondem a mesma taxa de execução de 98%.

20. Relativamente o menor taxa de execução apresentado pelo MPIE, com 69%, enquanto o MJ e MTA registram a mesma taxa de execução, 81%. O MdF e Fundo COVID – 19 apresentam taxa de execução de 70% e 78%, respetivamente.

Gráfico 5: Menor taxa de execução – LMs



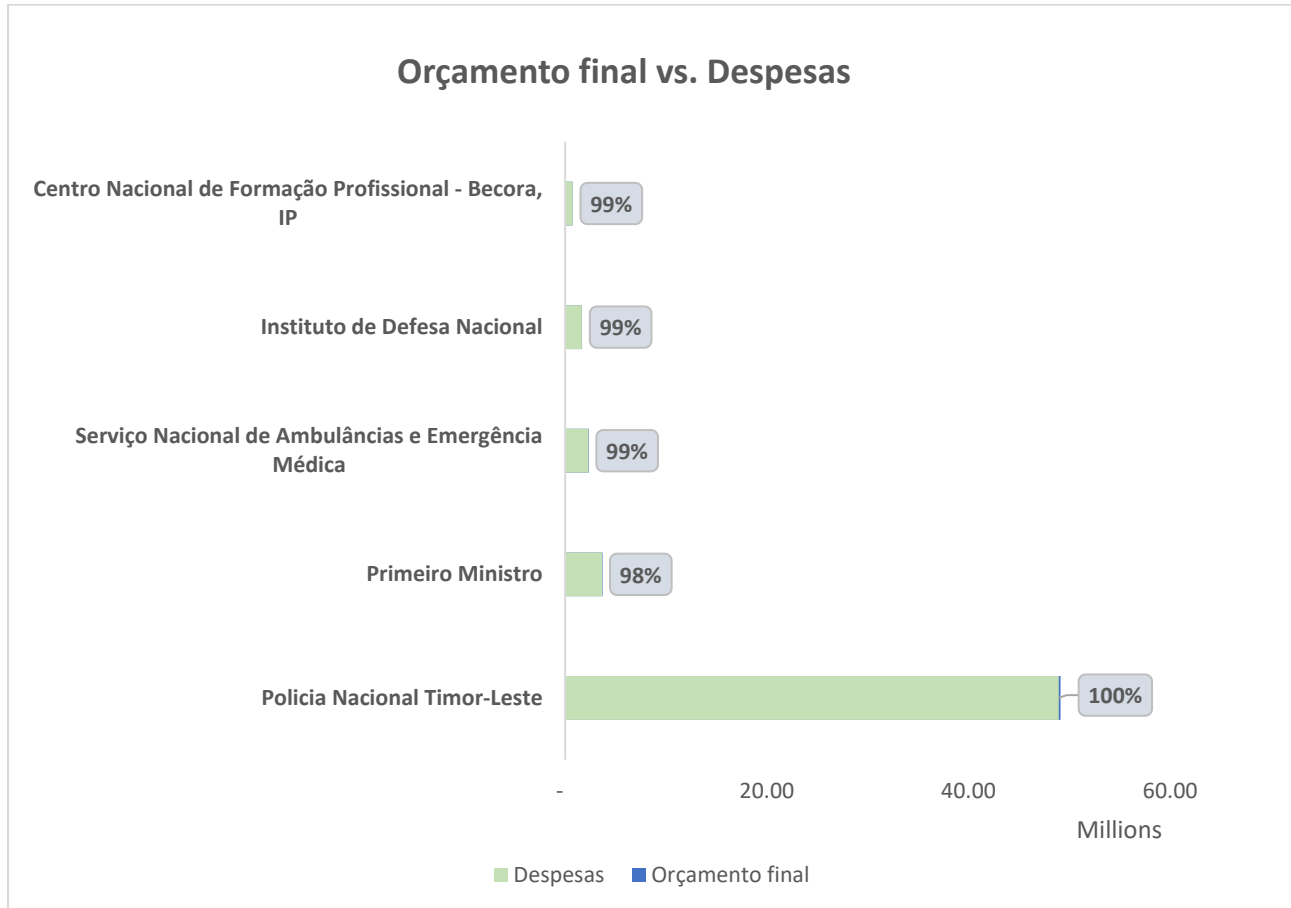
Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

5. Agências Públicas Autónomas

21. Acontece que, no orçamento retificativo houve aumento no orçamento distribuído para Agencias Públicas Autónomas. O orçamento foi de 474,106,083.17 USD, e passou para 637,329,718.54 USD, registrando um aumento de 34%. A realização de despesas registrou o montante de 450,269,580.07 USD, com uma taxa de execução de 70.6%.

22. Relativamente as Agencias Publicas Autónomas o maior taxa de execução apresentado pelo PNTL (100%), em seguida pelo SNAEM, IDN e Becora com execução de (99%) e PM com 98%, que ilustra no gráfico 8.

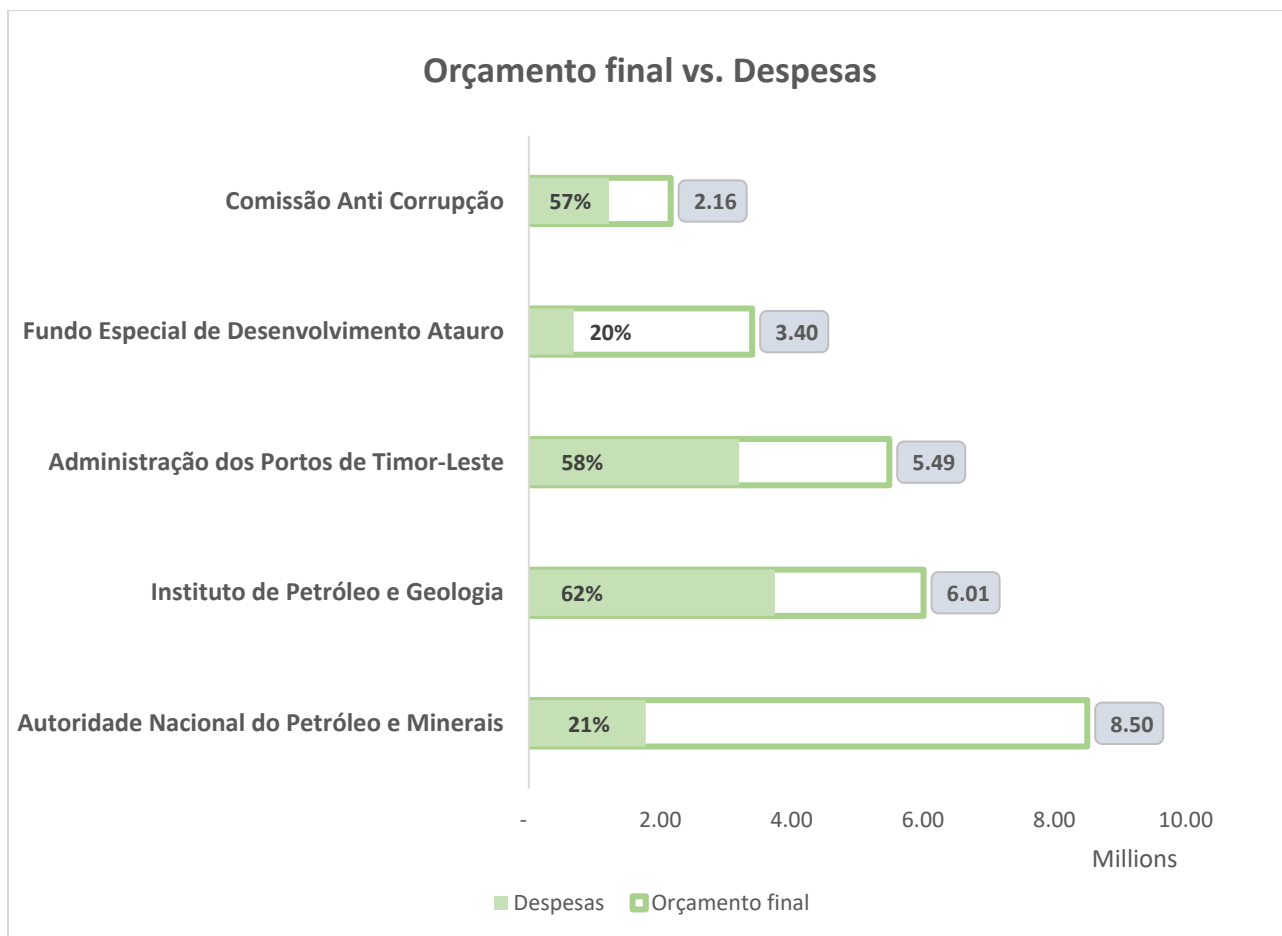
Gráfico 6: Apresenta a maior taxa de execução nas Agencias Publicas Autónomas



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

23. Assim, o gráfico 9 apresenta o menor taxa de execução. FEDA e ANPM apresentaram apenas 20% e 21%, respetivamente. Enquanto isso, a CAC, APORTIL e IPG correspondem a uma taxa de 57%, 58% e 62%, respetivamente.

Gráfico 7: Menor taxa de execução – Agências Públicas Autónomas



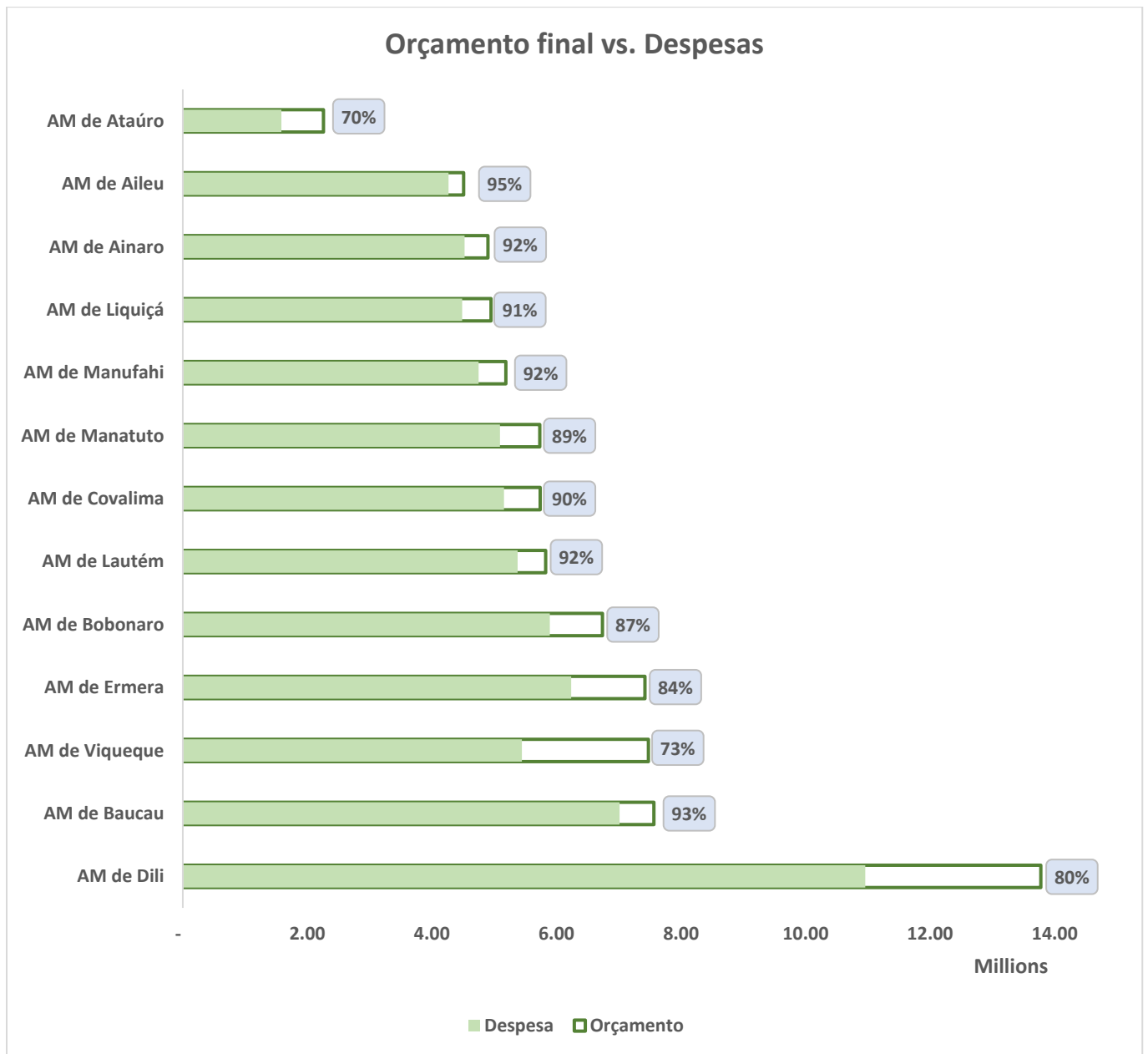
Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

6. Análise do orçamento e despesas dos Municípios

24. As dotações orçamentais para os Municípios (excluindo RAEOA), no início do ano, totalizaram 82,073,921.27 USD, e atingiram 39,385,953.39 USD, de despesas durante o período de 6 meses, embora não tenha havido alteração após o orçamento retificativo, a execução subiu para 86% até ao final do ano.

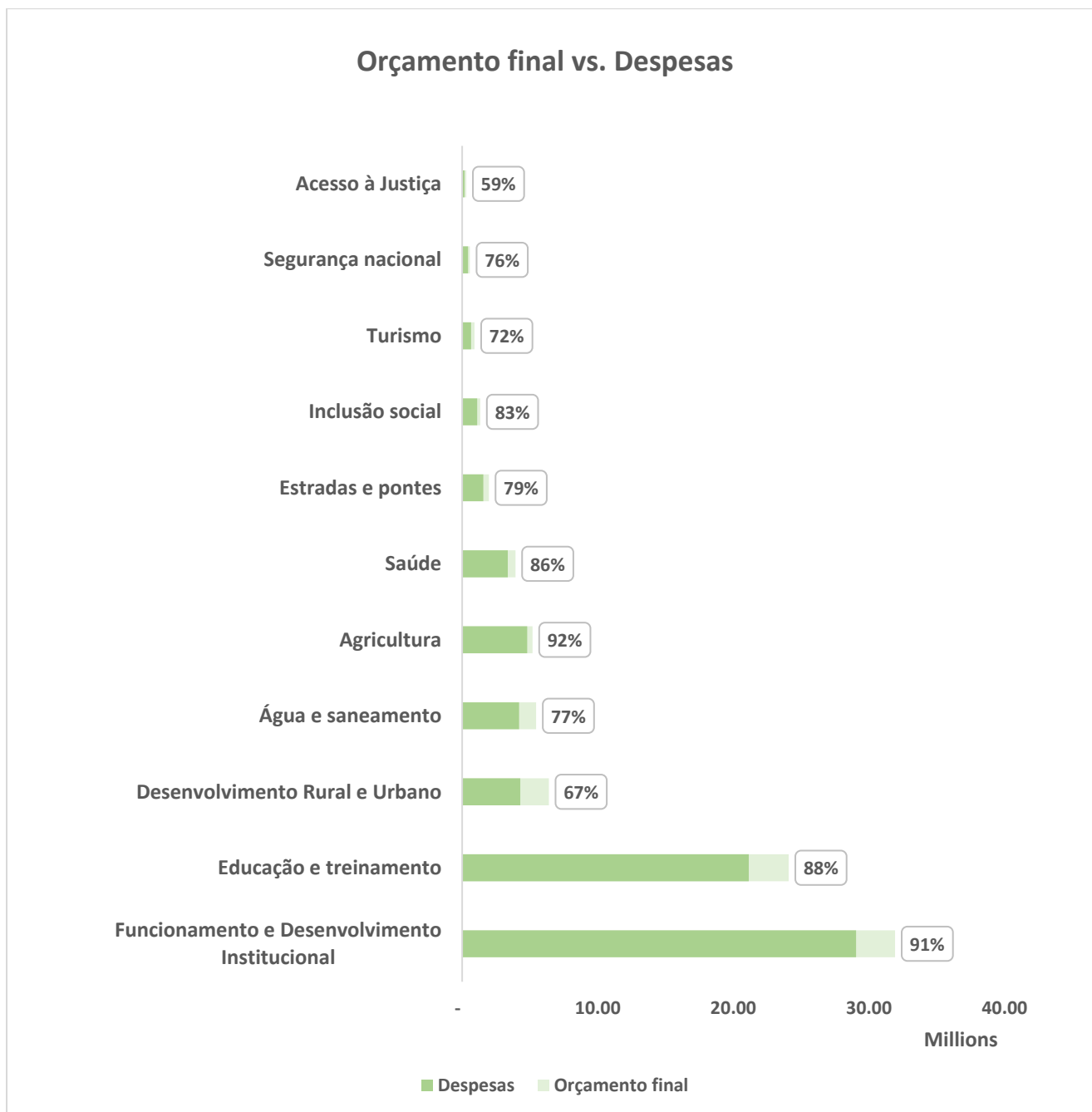
25. Os municípios apresentam uma taxa de execução variando de 70% a 95%. Os Municípios como Ataúro e Viqueque tiveram as taxas de realização de 70% e 73%, respetivamente. Já nos municípios de Díli, Ermera e Bobonaro representa uma taxa de execução oscilam entre 80% a 90%. No entanto, os demais municípios registraram uma taxa de execução acima de 90%. Analisando os recursos atribuídos para os municípios a maior fatia do orçamento foi alocado ao Autoridade Municipal de Díli.

Gráfico 8: Orçamento alocado e as Despesas realizadas pelas Autoridades Municipais



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

Gráfico 9: Execução do orçamento por programas nos municípios



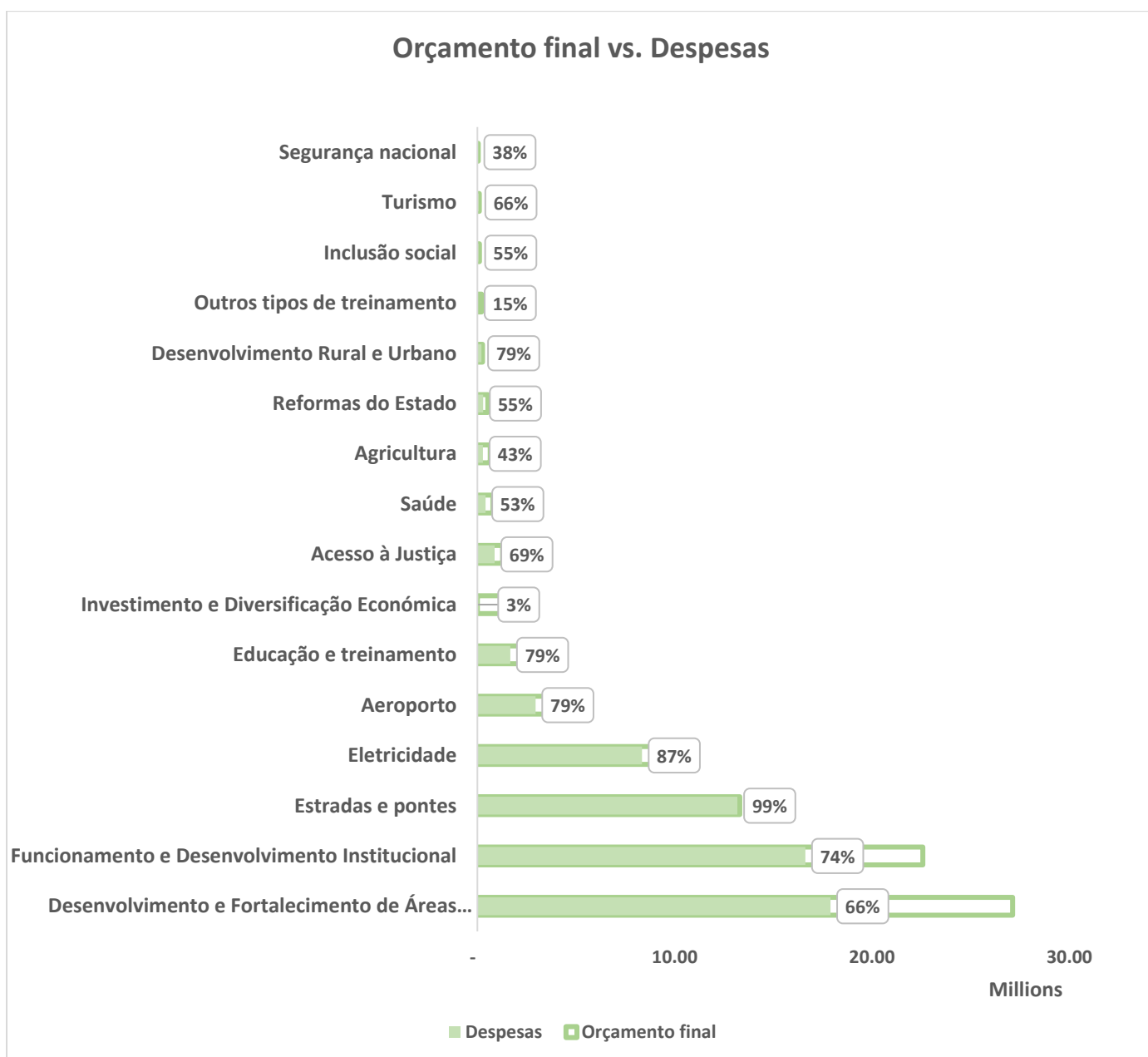
Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

26. Conforme os dados apresentados na tabela 13, os programas dos Municípios têm um orçamento total de 82,073,921.27 USD, para implementar 11 programas. O maior orçamento corresponde ao programa principal com taxa de execução de 83%. Enquanto, o programa funcional, com 91%.

7. RAEOA

27. O VIII Governo Constitucional aprovou o orçamento anual da RAEOA, incluindo FED – RAEOA no montante de 84,000,000.00 USD, mas apenas executou 12% do seu orçamento durante o período de 6 meses. Após a retificação, o IX Governo Constitucional reduziu 0.3% do orçamento aprovado inicial, ou seja, o orçamento diminuiu para 83,762,112.00 USD, tendo sido despesas realizadas no montante de 62,937,520.35 USD, correspondentes a uma taxa de execução orçamental de 75% até ao final do ano.

Gráfico 10: Orçamento e despesas realizadas nos programas da RAEOA



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

28. Em 2023, a Autoridade RAEOA e FED – RAEOA implementaram 18 programas. *Desenvolvimento e Fortalecimento de Áreas com Tratamento Administrativo e Econômico Especial* foi o programa com maior orçamento alocado e representando 66% da taxa de execução.

29. A nível de execução mais elevado foi atingido pelo programa de *Estradas e Pontes* (99%), *Eletricidade* colocado como segundo maior execução (87%). Nos programas de *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*, *Educação e Formação* e *Aeroporto* registram taxas de execução variam entre 74% a 79%, respetivamente, como pode ser observado no gráfico 14.

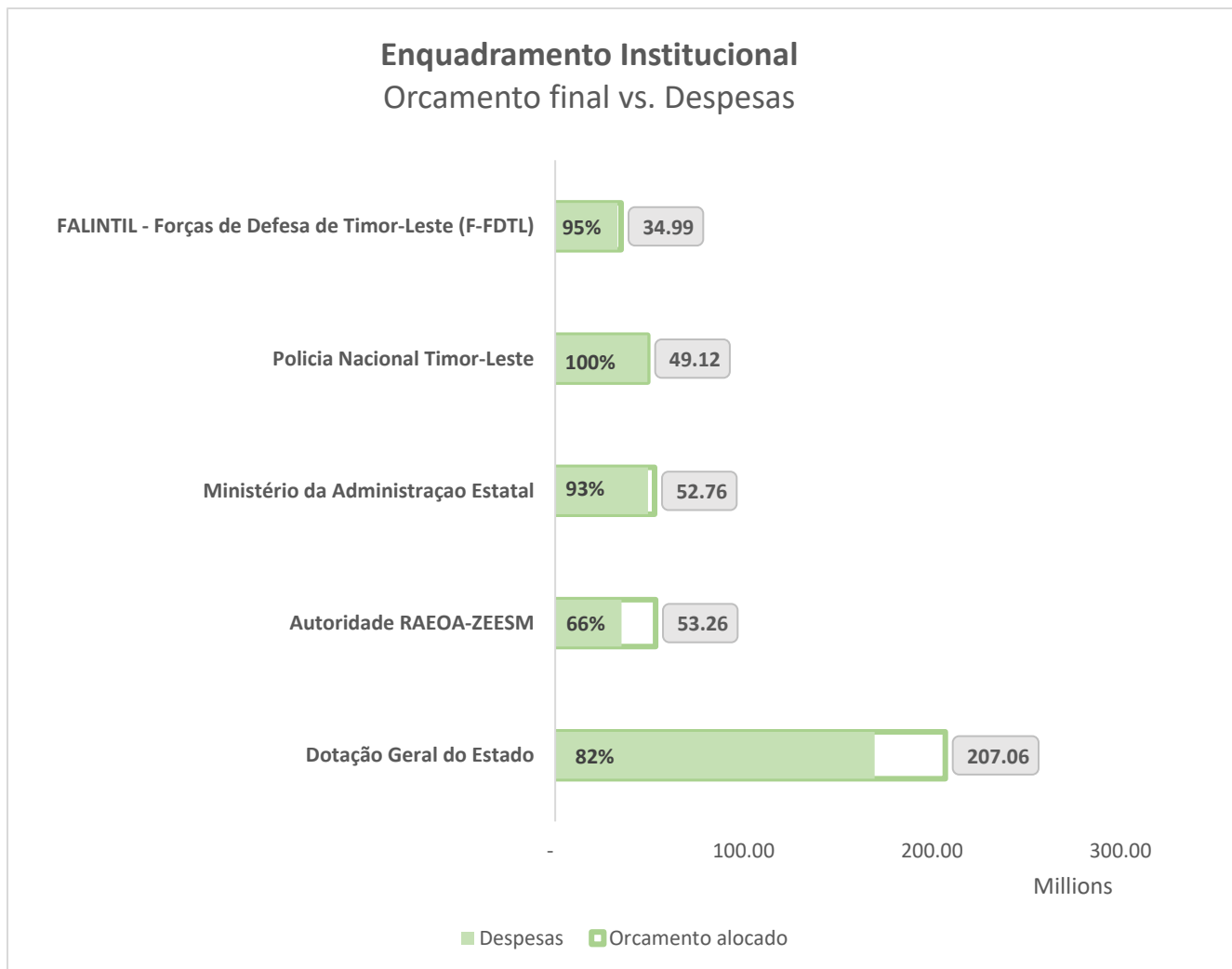
8. Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED

30. Orçamento Geral do Estado para 2023 distribuídos pelos sectores definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento como *Capital Social*, *Desenvolvimento de Infraestrutura*, *Desenvolvimento Económico e Enquadramento Institucional*.

31. Vale destacar que, a maior fatia atribuída no OGE de 2023 foi para o Sector de Enquadramento Institucional totalizando 752,491,828.33 USD, com foco nas áreas de Segurança, Defesa, Relações Exteriores, Justiça, Gestão do setor público e Boa Governação e Agencia Desenvolvimento Nacional/ Política Económica/ Agencia de Investimento. Em seguida, no Sector de Capital Social foram alocados 441,559,758.17 USD, com destaque para investimentos nas áreas de Educação, Saúde, Inclusão Social, Cultura e Património e Ambiente. No sector de Desenvolvimento Infraestrutura o montante foi de 360,897,468.37 USD, concentrando – se em Estradas e Pontes, Agua e Saneamento, Eletricidade, Portos Marítimas, Aeroportos e Telecomunicações. Por fim, o menor orçamento foi alocado no sector de Desenvolvimento Económico com 161,792,673.00 USD, direcionados para as áreas de Desenvolvimento Rural, Agricultura, Petróleo, Turismo e Investimento no setor privado.

8.1 Setor Enquadramento Institucional

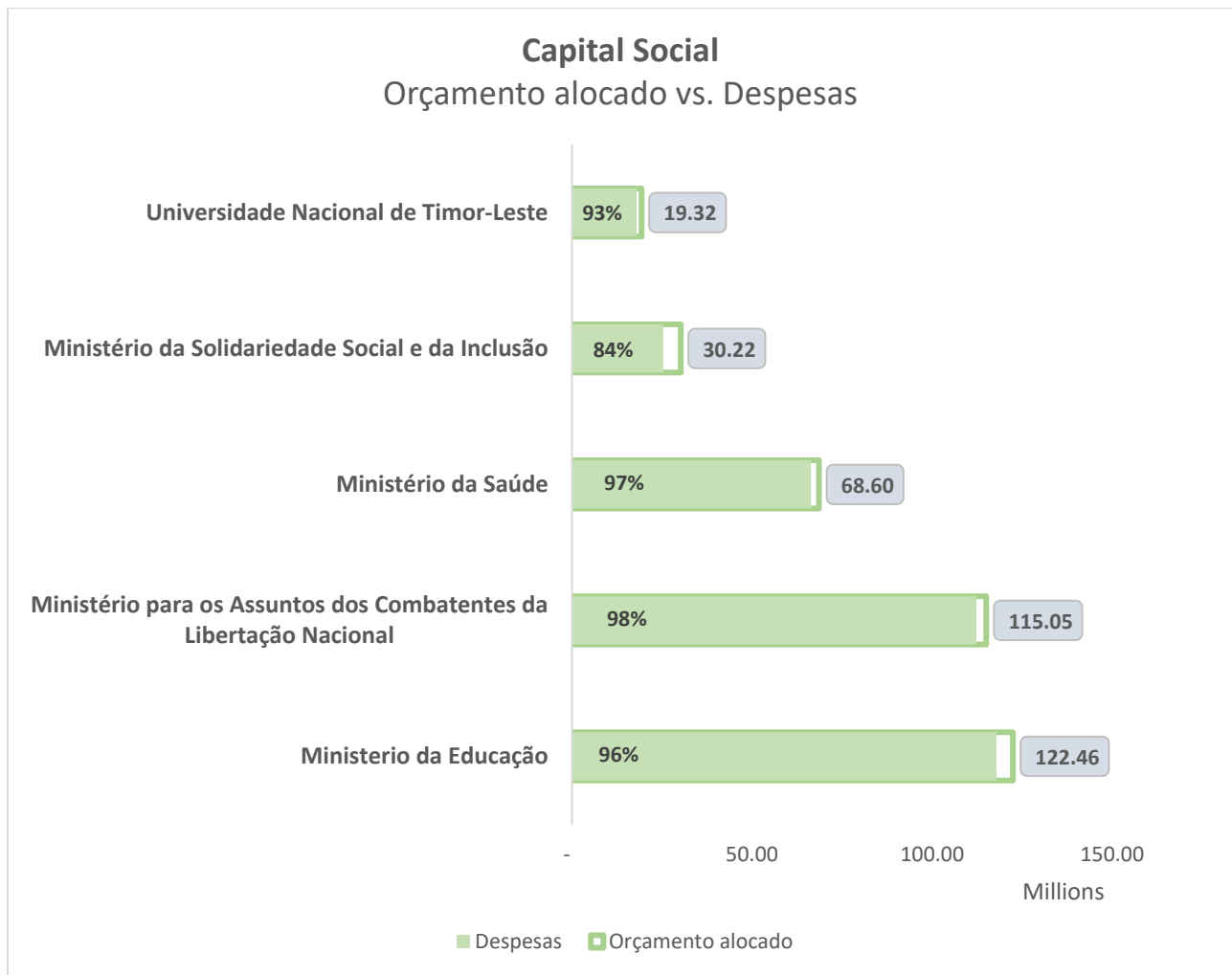
Gráfico 11: Setor de Enquadramento Institucional



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

32. No sector de Enquadramento Institucional, 5 entidades com maior parte do orçamento alocado. A DGE apresenta maior orçamento, com 82% de gastos. Em seguida, a Autoridade RAEOA – ZEESM, com 66% das despesas, enquanto, FALINTIL – FDTL, MAE e PNTL apresentam taxas de execução elevadas de 95%, 93% e 100%, respetivamente.

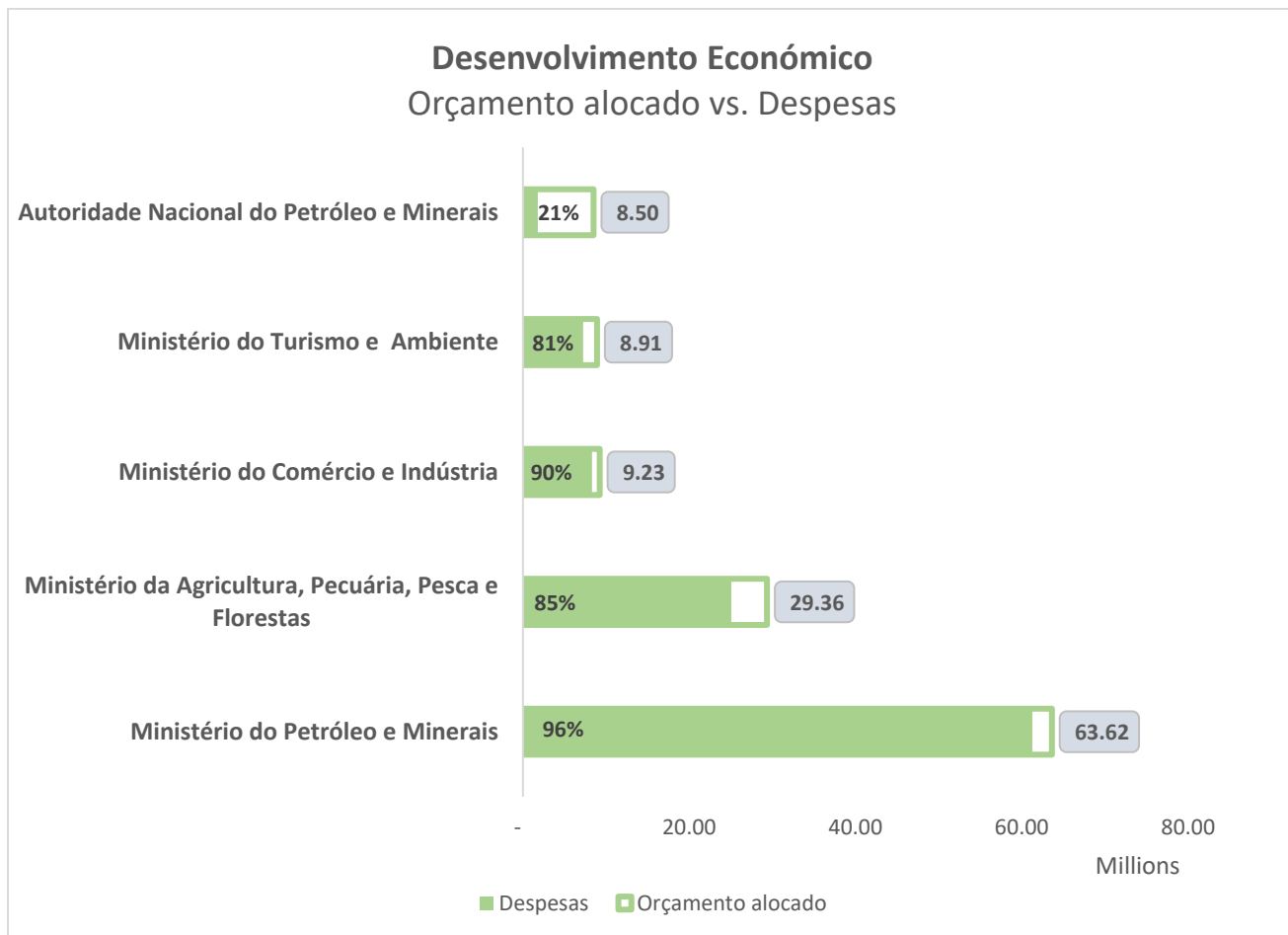
Gráfico 12: Sector de Capital Social



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

33. No setor Capital Social, as entidades apresentam taxas de execução mais elevadas, como pode ser observado no gráfico 16. MACLN apresenta 98% e MS com 97%, ME com 96%. Enquanto isto, a UNTL e MSSSI correspondem a taxas de execução de 93% e 84%, respetivamente.

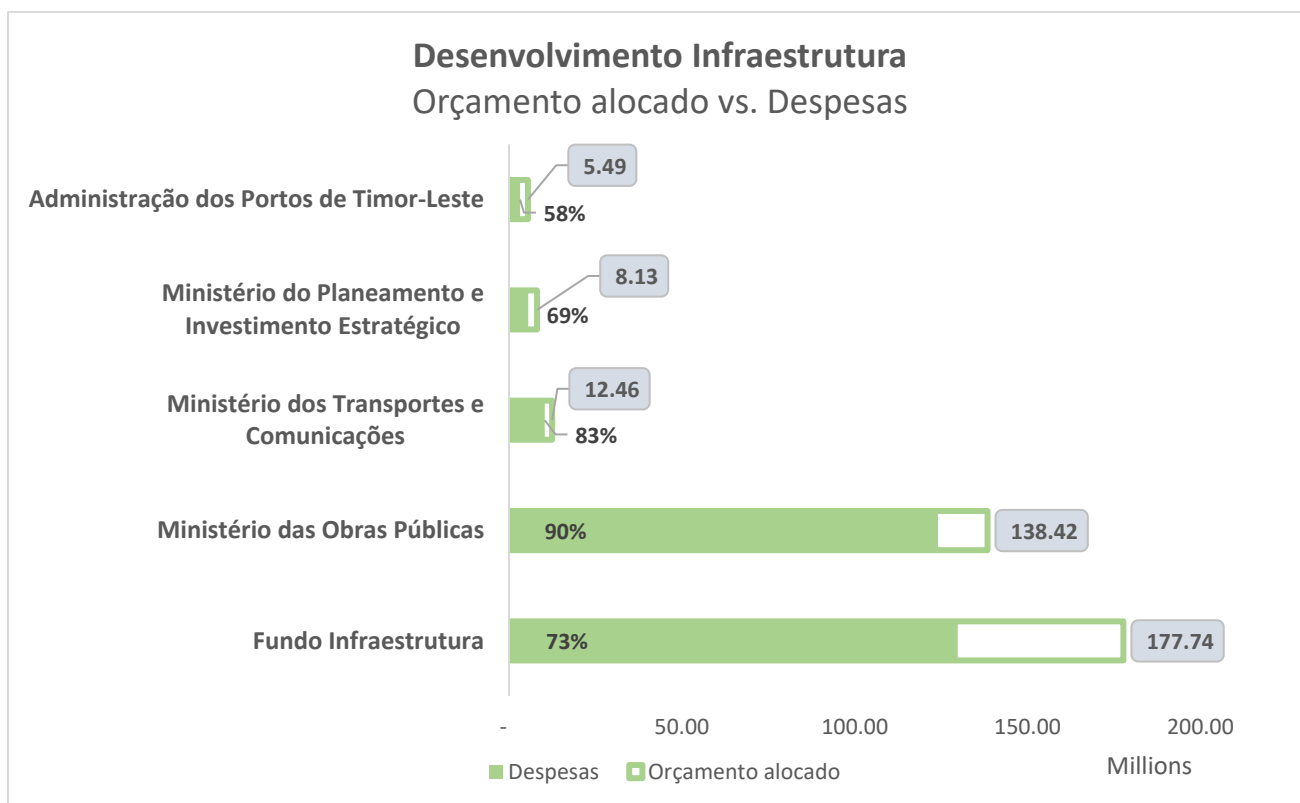
Gráfico 13: Setor de Desenvolvimento Economico



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

44. No setor Desenvolvimento Economico, o MPM apresenta a maior parte do orçamento e a maior representatividade a nível de execução, com 96%. Enquanto isso, o MAPPF, MCI e MTA correspondem a taxas de execução 85%, 90% e 81%, respetivamente. Em contrapartida, ANPM apresenta apenas 21% da sua execução.

Gráfico 14: Setor de Desenvolvimento de Infraestrutura



Fonte: IFMISU, Ministério das Finanças, fevereiro de 2024

35. No Desenvolvimento Infraestrutura, o FI teve maior orçamento alocado e corresponde a uma taxa de execução de 73%, seguido pelo MOP, que representa uma taxa de execução mais elevada, e MTC com 83%. Por outro lado, MPIE e APORTIL apresentam a menor taxa de execução, 69% e 58%, respetivamente.